

Lauro Campos diz que MP estatiza prejuízo dos bancos

"Por que o mercado só existe para achatá-los salários?", questiona o senador, ao cobrar coerência do governo no tratamento das dificuldades enfrentadas pelo sistema financeiro

Maldaner teme efeitos da reforma tributária

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) prevê uma crise no federalismo brasileiro, caso a proposta de reforma tributária do governo venha a ser aprovada nos termos em que foi enviada para o Congresso. Maldaner entende que o centralismo e o autoritarismo "embutidos no corpo da proposta" deixam bem claro o tipo de relacionamento injusto e assimétrico que dirigiu a elaboração da emenda.

Página 3

NESTA EDIÇÃO

Urgência para a ligação Brasil-Peru

Página 2

Jucá defende investimento em turismo

Para atrair turistas brasileiros, Romero Jucá sugeriu um investimento de US\$ 38 milhões em marketing. "É retorno garantido", afirmou. Pág. 4



Lauro: no Brasil os bancos só vão falir quando o Banco Central quebrar

O senador Lauro Campos (PT-DF) cobrou na sexta-feira coerência do governo no tratamento dos prejuízos acumulados pelo sistema financeiro com a queda da inflação. "Por que o mercado só existe para achatá-los salários?", perguntou o senador, ao afirmar que a medida provisória autorizando a fusão e incorporação de bancos com vistas ao fortalecimento do sistema financeiro é, de fato, uma estatização dos prejuízos dos bancos, que serão custeados pela sociedade.

Segundo Lauro Campos, para manter a estabilidade, o governo exagerou no enxugamento monetário, impondo uma redução do lucro especulativo auferido pelos bancos e pelos grandes investidores. O tamanho do sistema bancário atingido pela inflação, segundo ele, não tem como ser mantido. Daí, conforme frisou, ter sido editada a medida provisória, a seu ver idealizada por economistas que "aprenderam nos Estados Unidos que banco não pode quebrar".

Lauro Campos informou que estudo realizado em 1975 previa que "chegaria a hora e a vez de muitos bancos falirem". Esta previsão, segundo disse, só não se concretizou porque, "como é a intenção da medida provisória do governo, no Brasil os bancos só vão falir quando o Banco Central quebrar", disse. Isso significaria a falência da própria sociedade, explicou.

Lobão esclarece indicação do relator

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) não foi trocado pelo deputado baiano Benito Gama na relatoria da medida provisória dos bancos, conforme explicou o senador Edison Lobão (PFL-MA) ao rebater afirmação do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) de que houve uma "cassação prévia" do senador catarinense.

De acordo com Lobão, a liderança do PFL não chegou a convidar Kleinübing, nem qualquer outro senador para relatar a MP. Atendendo a um pedido do líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira, o

líder no Senado, Hugo Napoleão (PFL-PI), cederá a relatoria àquela Casa, comunicando em seguida a decisão ao líder do PMDB, Jäder Barbalho, disse o senador maranhense.

Lobão lembrou que, no início do ano, a liderança do PFL na Casa também cederá a relatoria de uma medida provisória ao deputado José Carlos Aleluia, recebendo em seguida a relatoria de outra MP, desta vez destinada ao senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). "Kleinübing não lutou por isso, não está ferido, e defende a MP dos bancos", concluiu Lobão.



Edison Lobão

Nabor pede urgência para rodovia Brasil-Peru

"Quando um governo ou uma instituição ligada aos interesses estrangeiros vem reclamar dessa ligação, essa voz fala de causas que não são nossas", alerta o senador

A implantação da rodovia Brasil-Peru, que permitirá ao nosso país uma safada direta para o Pacífico, é urgente e não comporta mais adiamentos, defendeu sexta-feira o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Ele lembrou que todo o comércio marítimo do Brasil



Nabor Júnior

com os países da América Andina e com o Sudeste Asiático "é feito através de rotas e entrepostos que não nos pertencem e custam muito caro".

O senador disse que "só os atuais donos absolutos dessas praças e rotas econômicas são contra a ligação com o Pacífico". Para ele, a questão é de integração nacional, de soberania

plena e de exercício completo da autoridade sobre nosso território. "Quando um governo ou uma instituição ligada aos interesses estrangeiros vem reclamar dessa ligação, essa voz fala de causas que não são nossas",

alertou.

Ao referir-se a declarações atribuídas ao ministro do Planejamento, José Serra, contrárias à implantação da rodovia Brasil-Peru, Nabor considerou "um monumental engano, uma falácia que compromete o futuro desta e das próximas gerações de brasileiros, a negação de todas as propostas voltadas para a construção da grande

potência que lutamos para viabilizar".

Em reforço à sua tese, Nabor Júnior citou dois artigos publicados recentemente pela imprensa, defendendo a construção da rodovia. Um, de autoria da repórter Eliane Cantanhede, publicado na *Gazeta Mercantil*, com dados que, segundo o senador, "mostram a viabilidade econômica da ligação com o Pacífico, que unirá um mercado de 48 milhões de pessoas, 6 milhões a mais que a do Mercosul, considerando-se as populações da Bolívia, do Peru e do Chile".

Outro artigo, publicado pelo *Correio Braziliense*, de autoria do jornalista André Gustavo Stumpf, também demonstra a viabilidade do empreendimento e critica os seus opositores.

Congresso tem 3 sessões solenes

O Congresso Nacional reúne-se em três sessões solenes esta semana. Hoje, às 18h30, a sessão é em homenagem ao 300º aniversário da morte de Zumbi dos Palmares.

Amanhã, às 11h, o Congresso comemora o centenário das relações entre o Brasil e o Japão.

Na quarta-feira, às 11h, a sessão solene homenageia o presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog, que estará em visita oficial ao Brasil.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despacho interno.

14h30 - Preside Sessão não deliberativa do Senado.

18h30 - Preside Sessão Solene em homenagem ao 300º aniversário da morte de Zumbi.

19h - Participa da abertura da exposição "Presidentes da República".

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

18h30 - Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: Homenagem ao 300º aniversário da morte de Zumbi. Local: Plenário da Câmara dos Deputados.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

21.11.95 (Terça-feira)

11h - Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: Comemoração do Centenário das relações entre o Brasil e o Japão. Local: Plenário do Senado Federal.

22.11.95 (Quarta-feira)

11h - Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: Homenagem ao presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog. Local: Plenário do Senado Federal.

COMISSÕES

21.11.95 (Terça-feira)

11h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: A ser definida. Local: Sala 06 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: A ser definida. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do presidente do TSE, ministro Carlos Mário da Silva Velloso. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.179/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema

financeiro nacional.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do Secretário Especial de Política Regional, Cícero Lucena. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

19h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública com o ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, sobre as relações entre o SIPAM e ações de pesquisa. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

22.11.95 (Quarta-feira)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: A ser definida. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial de Obras Inacabadas

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Especial de Rádio e TV

Pauta: Exposição da juíza de Direito Denise Frossard. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

23.11.95 (Quinta-feira)

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: A ser definida. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Exposição do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: A ser definida. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Participação das Associações Comunitárias do Vale do São Francisco e exposição do secretário de Agricultura de Sergipe, Jorge Araújo, que falará sobre a experiência na área de irrigação de seu estado. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Maldaner teme crise na federação caso a reforma seja aprovada

Parlamentar critica "autoritarismo" da proposta e pede que Senado, como representante dos estados, promova mudança que atenda interesse nacional

Uma crise no federalismo brasileiro é o que prevê o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) caso a proposta de reforma tributária do governo venha a ser aprovada nos termos em que foi enviada ao Congresso.

O senador se disse convicto de que o Senado Federal, "como casa de representação dos estados e do Distrito Federal e cuja primeira vocação é preservar, proteger e defender a federação", saberá aprovar uma reforma tributária que, de fato, atenda aos interesses nacionais.



Casildo Maldaner

Para Maldaner, a repartição das receitas tributárias prevista na Constituição de 1988 representa o federalismo saudável, descentralizado do poder econômico e do poder político.

Maldaner entende que o centralismo e o autoritarismo "embutidos no corpo da proposta" deixam bem claro o tipo de relacionamento injusto e assimétrico que dirigiu a elaboração da emenda.

Exemplos disso, segundo apontou, são o dispositivo que discrimina as autoridades tributárias estaduais, "impedidas

de requisitar informações sobre operações financeiras dos contribuintes", e o que elimina o Conselho de Política Fazendária (Confaz), "que tem-se constituído num obstáculo para a implementação de medidas econômicas autoritárias do governo federal".

Um governo efetivamente democrático ou social-democrata deveria propor o aperfeiçoamento e não a mera extinção do Confaz, em prejuízo dos estados, das finanças públicas e do federalismo fiscal - afirmou o senador, lembrando que esse organismo cumpre o papel de uniformizar procedimentos para todo o território nacional.

Suplicy quer votar em negro com a "garra de Vicentinho" para presidente

Ao considerar que as declarações do ministro Edson Arantes do Nascimento, Pelé, sobre corrupção na vida pública devam servir de alerta aos políticos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sexta-feira o seu desejo de que ainda possa votar em um candidato negro para a presidência da República.

Para o senador Suplicy, esse candidato negro, "alguém com a garra de um Vicentinho", teria que expressar com clareza os sonhos de igualdade e liberdade do líder norte-americano assassinado Martin Luther King.

- No sentimento de Pelé em relação à classe política há muito de verdade - disse Suplicy, referindo-se às conclusões da CPI do Caso

PC, que, segundo o senador, ajudou a retirar "parte de um tecido canceroso" alojado no Congresso e no Executivo.

Suplicy lembrou que a presença do negro no Congresso é mínima, ao comentar a manifestação do ministro dos Esportes de que negro deve votar em candidato negro. "Dos 513 deputados, apenas 11 são de origem afro-brasileira, dos quais apenas seis assumem essa condição, conforme já declarou o deputado Paulo Paim", disse o senador. O mesmo, segundo ele, ocor-



Eduardo Suplicy

re no Senado.

Em apoio ao pronunciamento de Suplicy, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que a exclusão do negro no Brasil não ocorre só na política.

Já o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) destacou "a defesa que Suplicy fez de um ministro de Fernando Henrique Cardoso", mas lamentou que o senador paulista houvesse "generalizado" em suas conclusões. "Pelé demonstrou que o Brasil é também um país das oportunidades", disse Arruda.

Senado mostra produtos na feira do livro

A participação do Senado Federal na história do Brasil, passada e recente, seu funcionamento, seus bancos de dados, produtos e serviços estão disponíveis na XIV Feira do Livro de Brasília, aberta ao público na sexta-feira. A feira prossegue até o dia 26.

O Senado participa da feira com um estande de 200 metros quadrados. Nele, serão exibidos vídeos informativos, fotos, livros e documentos históricos. Também serão demonstrados modernos recursos em informática utilizados pela instituição e que estão à disposição da sociedade.

Grande parte das obras expostas são editadas e comercializadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas e poderão ser adquiridas a preço de custo no próprio estande.

Dentre as publicações, destacam-se a Constituição Brasileira, em português, inglês e francês; o Código Eleitoral e Partidário; o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei de Execução Penal e Legislação Correlata; os Estudos da Integração (Mercosul); o Regimento Interno do Senado; o Regimento Comum do Congresso; e a Revista de Informação Legislativa.

Para quem já está informado, a Subsecretaria de Edições Técnicas também colocará à venda no local o CD-ROM contendo toda a legislação brasileira desde 1946, conforme base de dados NJUT. O CD-ROM é utilizado como fonte de pesquisa e foi produzido pela Subsecretaria de Análise, com apoio técnico do Prodasen.

SEM-TERRA

Marina: Rigor da lei só é aplicado a humildes

Ao registrar sexta-feira a libertação dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que a lei fora

aplicada contra os mais humildes, acusados de serem invasores, mas não atinge os que detêm em seu poder grande quantidade de terras públicas, conforme dados que, acentuou, lhe foram fornecidos pelo Inera.

- Deolinda Alves de Souza e Márcio Barreto foram presos



Marina Silva

por "formação de quadrilha", mas o mesmo não ocorre, por exemplo, no Acre, onde ex-governadores e políticos favorecidos por governos do passado possuem mansões suntuosas, construídas em áreas notoriamente públicas, conseguidas com simples grilagem - denunciou Marina Silva.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) solicitou à senadora que apresentasse um projeto visando aperfeiçoar a legislação que trata das invasões, para evitar possíveis

erros do Judiciário.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que o problema da reforma agrária vem-se arrastando desde os tempos do governo José Sarney, quando, segundo o parlamentar, o então ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, esbarrou em intransigências dos membros do MST, que dificultaram a "boa vontade do ministro".

Já o senador Lauro Campos (PT-DF), em apoio à senadora, lembrou que a questão da terra é secular e que as leis sobre o assunto, em todo o mundo, foram feitas em virtude da resistência dos mais fracos.



Romero Jucá

Jucá pede investimento em turismo

O senador Romero Jucá (PFL-RR) pediu a aplicação imediata de investimentos na área de turismo no país, a fim de "melhorar nossa cara e ineficiente estrutura turística interna, que afugenta os brasileiros e não atrai os estrangeiros".

Jucá apontou dados da Organização Mundial do Turismo mostrando que o setor será a mais importante atividade econômica do mundo já a partir do ano 2010, "destronando até as indústrias petrolífera e automobilística".

Para atrair turistas estrangeiros, Romero Jucá sugeriu um investimento de US\$ 38 milhões em marketing no próximo ano. "Não é desperdício", frisou o senador, assinalando que o retorno será garantido e multiplicado por muitas vezes.

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou que a dinamização do turismo no país terá impacto positivo sobre a questão do desemprego. Fogaça lembrou que todas as nações do Primeiro Mundo experimentam uma contenção na expansão das oportunidades de trabalho em setores básicos como a indústria e a agricultura.

Luiz Alberto repele críticas a Lerner

O senador Luiz Alberto Oliveira (PTB-PR) repeliu na sexta-feira críticas feitas ao governo do Paraná pelo ex-governador Leonel Brizola, que questionara a expulsão dos trabalhadores sem-terra que invadiram uma área do município de Santa Isabel do Ivaí (PR). O incidente envolveu agricultores sem-terra e policiais quando a PM cumpria uma ordem judicial para desocupação da área. Entre os agricultores "havia até traficantes de drogas", denunciou Luiz Alberto.

Ironizando que Brizola fez suas críticas "num intervalo entre o pastoreio de suas ovelhas no latifúndio do Uruguai e o ócio remunerado num apartamento de

frente para o mar no Rio de Janeiro", o senador disse que o ex-governador não tem autoridade moral para dar conselho aos paranaenses. "No Paraná, se respeitam ordens judiciais e se admira uma polícia ágil e competente", frisou o parlamentar.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) disse ser favorável à reforma agrária e à destinação de recursos para ampliar a produção agrícola, mas sustentou que ninguém pode ser favorável à invasão de propriedade e à violência. Também em aparte, o senador Geraldo Melo



Luiz Alberto

(PSDB-RN) explicou que, na execução da reforma agrária, não se pode questionar se uma lei é boa ou ruim, pois, estando em vigor, ela tem de ser cumprida.

Discordando do orador, a senadora Marina Silva (PT-AC) sustentou que o Movimento dos Sem-Terra é legítimo porque, se a reforma agrária não é feita de forma institucional, os excluídos, até em um gesto de legítima defesa, se vêem obrigados a promover ocupações. Ela explicou que esse movimento deve ser visto em sua dimensão social, não como uma afronta às leis e à propriedade.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.